

# Lei Ordinária nº 478/1971

Altera os artigos 183 a 238 da Lei nº 440, de 08/09/68 (Código Tributário).

O Senhor Joaquim Faustino Rosa, Prefeito do Município de Camapuã, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei: Faço saber que a Câmara Municipal de Camapuã, Estado de mato Grosso, aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Publicada em 14 de abril de 1971

#### Art. 1°.

Ficam alterados os Artigos 183 a 238 da Lei nº 440, de 08 de setembro de 1968 (Código Tributário) os quais passam a vigorar com a seguinte redação:

TÍTULO VIII -DAS TAXAS

Capítulo I -

## Da Incidência e das Isenções

## Art. 183 -

Pelo exercício regular do poder de policia ou em razão da utilização, efetiva ou potencia, de serviço público especifico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição pela Prefeitura, serão cobradas pelo Município, as seguintes taxas:

۱-

de licença;

II -

de expediente e serviços diversos;

III -

de serviços urbanos;

## Art. 184 -

São isentos das taxas de serviços urbanos:

I -

Os próprios federais e estaduais, quando exclusivamente utilizados por serviços da União ou Estado;

#### II -

os templos de qualquer culto.

## Capítulo II -

## Das Taxas de Licença

## Seção 1° -

## Das Disposições gerais

## Art. 185 -

As taxas de licença tem como fato gerador o poder de policia do Município na outorga de permissão para o exercício de atividades ou prática de atos dependentes, por sua natureza, de prévia autorização pelas autoridades municipais.

#### Art. 186 -

As taxas de licença são exigidas para:

1 -

localização de estabelecimento de produção, comércio, indústria ou prestação de serviços, na jurisdição do Município;

#### II -

renovação de licença para localização de estabelecimentos de produção, comércio, indústria ou prestação de serviços.

#### III -

funcionamento de estabelecimentos comerciais e industriais e de prestação de serviços em horários especiais;

## IV -

exercício, na jurisdição do Município de comércio eventual ou abundante;

## **V** -

execução de obras particulares;

## VI -

execução de arruamento e loteamento em terrenos particulares;

## VII -

publicidade;

## IX -

ocupação de áreas em vias e logradouros municipais.

## Art. -

Para efeito da cobrança da taxa de licença são considerados estabelecimentos de produção, comércio, industria ou de prestação de serviços os definidos nos Artigos 135 a 143 do Código Tributário.

#### Seção 2° -

# Da Taxa de Licença para Localização de Estabelecimento de Produção, Comércio, Indústria e Prestação de Serviços

#### Art. 188 -

Nenhum estabelecimento de produção, comércio, indústria ou de prestação de serviço de qualquer natureza poderá instalar-se ou iniciar suas atividades no Município sem prévia licença de localização outorgada pela Prefeitura e sem que hajam seus responsáveis efetuado o pagamento da taxa devida.

## Parágrafo único. -

As atividades cujo exercício dependam de autorização de competência exclusiva da União, ou do Estado, não estão isentas da taxa de que trata este Artigo.

#### Art. 189 -

O pagamento da licença a que se refere o Artigo anterior será exigido por ocasião da abertura ou instalação do estabelecimento, ou cada vez que se verificar mudança do ramo de atividade.

#### δ1°-

A taxa será cobrada no valor de (1%) um por cento sobre o valor do capital registrado do estabelecimento ou o arbitrado pela autoridade municipal.

## § 2° -

Entende-se por capital social total do empreendimento a soma dos capitais e alheios, demonstrados contabilmente pelos responsáveis ou seus representantes legais.

## Art. 190 -

Os pedidos de licença para abertura ou instalação de estabelecimento de produção, comércio, industria ou de prestação de serviços acompanhados de competente ficha de inscrição no cadastro da Prefeitura, pela forma e dentro dos prazos estabelecidos para esse fim no Título III, deste Código.

## Art. 191 -

A licença para localização e instalação é concedida mediante despacho, expedindo-se o Alvará respectivo.

#### Art. 192 -

A taxa de licença de que trata este Seção independente de lançamento e será arrecadada quando da concessão da licença; a licença inicial, concedida depois de 30 de junho, será arrecadada pela metade.

## Seção 3° -

Da Taxa de Renovação da Licença para Localização de Estabelecimentos de Produção, Comércio e Prestação de Serviços

#### Art. 193 -

Além da taxa de licença para localização os estabelecimentos de produção, comércio, indústria ou de prestação de serviços estão sujeitos, anualmente, à taxa de renovação da licença para localização.

#### Art. 194 -

A taxa de renovação de licença para localização será cobrada na base de 1% (um por cento) sobre o valor do capital do estabelecimento, atualizado pelo Cadastro Fiscal da Prefeitura.

#### Art. 195 -

O Alvará de Licença será também renovado anualmente e fornecido independentemente de novo requerimento desde que o contribuinte haja efetuado o pagamento da taxa e esteja inscrito no Cadastro Fiscal da Prefeitura.

## Art. 196 -

Nenhum estabelecimento poderá prosseguir nas suas atividades sem estar de posse do Alvará de que trata o Artigo anterior, após decorrido o prazo para pagamento da taxa de renovação.

## Parágrafo único. -

O Alvará de Licença será conservado em lugar visível.

#### Art. 197 -

O não cumprimento do disposto no Artigo anterior poderá acarretar a interdição do estabelecimento mediante o ato da autoridade competente.

#### § 1° -

A interdição será procedida de notificação preliminar do responsável pelo estabelecimento, dando-se-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para que regularize sua situação.

#### δ 2° -

A interdição não exime o faltoso do pagamento da taxa e das multas devidas.

## Art. 198 -

Far-se-á anualmente, o lançamento da taxa de renovação da licença de localização e funcionamento, a ser arrecadada nas épocas determinadas em regulamento.

## Seção 4° -

# Da Taxa de Licença para Funcionamento Em Horário Especial

## Art. 199 -

Poderá ser concedida licença para funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços fora do horário normal de abertura e fechamento, mediante pagamento de uma taxa de licença especial.

#### Art. 200 -

A taxa de licença para funcionamento de estabelecimentos em horários especiais será cobrada por dia, mês ou ano de acordo com a tabela anexa a este Código, e arrecadada antecipada e independente de lançamento.

#### Art. 201 -

É obrigatória a fixação, junto do Alvará de Licença de Localização, em local visível e acessível à fiscalização do comprovante da taxa de licença para funcionamento em horário especial em que conste claramente esse horário sob pena das sanções previstas no Código Tributário.

## Seção 5° -

# Da Taxa de Licença para o Exercício de Comércio Eventual ou Ambulante

## Art. 202 -

A taxa de licença para o exercício de comércio eventual ou ambulante será exigível por ano, mês ou dia.

## § 1° -

Considera-se o comércio eventual o que é exercido em determinadas épocas do ano , especialmente por ocasião de festejos ou comemorações, em locais autorizados pela Prefeitura.

## § 2° -

É considerado, também, como comercio eventual o que é exercido em instalações removíveis, colocadas nas vias e logradouros públicos, como balcões, barracas, mesas, tabuleiros e semelhantes.

## § 3° -

Comércio ambulante é o exercido individualmente sem estabelecimentos, instalações ou localização fixa.

## Art. 203 -

Serão definidas em regulamento as atividades que podem ser exercidas em instalações removíveis nas vias ou logradouros públicos.

## Art. 204 -

A taxa de que trata esta Seção será cobrada de acordo com a tabela anexa a este Código e na conformidade do respectivo regulamento, observados os seguintes prazos:

## ۱-

antecipadamente, quando por dia;

## II -

até o dia 5 (cinco) do mês que for devida, quando mensalmente;

#### III -

durante o primeiro mês do semestre em que for devida, quando por ano.

#### Art. 205 -

O pagamento da taxa de licença para o exercício de comércio eventual, nas vias e logradouros públicos, não dispensa a cobrança da taxa de ocupação solo.

#### Art. 206 -

É obrigatória a inscrição na repartição competente, dos comerciantes eventuais ambulantes, mediante o preenchimento de ficha própria, conforme modelo fornecido pela Prefeitura.

## § 1° -

Não se inclui na exigência deste Artigo os comerciantes com estabelecimento fixo que, por ocasião de festejos e comemorações, exploram o comércio eventual ou ambulante.

#### § 2° -

A inscrição será permanentemente atualizada por iniciativa do comerciante eventual ou ambulante, sempre que houver modificação nas características iniciais da atividade por ele exercida.

#### Art. 207 -

Ao comerciante eventual ou ambulante que satisfazer as exigências regulamentares, será concedido um cartão de habilitação contendo as características essenciais de sua inscrição e as condições de incidência da taxa, destinado a basear a cobrança desta.

#### Art. 208 -

Respondem pela taxa de licença de comércio eventual ou ambulante as mercadorias encontradas em poder dos vendedores mesmo que pertençam a contribuintes que hajam pago a respectiva taxa.

#### Art. 209 -

São isentos da taxa de licença para o exercício do comércio eventual ambulante:

1 -

os cegos e mutilados que exercerem comércio em escala ínfima:

II - os vendedores ambulantes de livros, jornais e revistas;

#### III -

os engraxates ambulantes.

## Seção 6° -

# Da taxa de Licença para Execução de Obras Particulares

#### Art. 210 -

A taxa de licença, para execução de obras particulares é devida em todos os casos de construção, reconstrução ou demolição de prédios ou em outra qualquer obra dentro das áreas urbanas do Município.

## Art. 211 -

Nenhuma construção, reconstrução, reforma, demolição ou obras, de qualquer natureza, poderá ser iniciada sem prévio pedido de licença à Prefeitura e pagamento da taxa devida.

#### Art. 212 -

A taxa de licença para execução de obras particulares será cobrada de conformidade com a tabela anexa à esta Lei.

#### Art. 213 -

São isentos da taxa de licença para execução de obras particulares:

I - a limpeza ou pintura externa de prédios, muros ou gradis;

#### II -

a construção de passeios, quando do tipo aprovado pela Prefeitura;

#### III -

a construção de barracos destinados à guarda de material para obras já devidamente licenciadas.

## Seção 7° -

## Da Taxa de Licença para Execução de Arruamentos

#### E Loteamentos de Terrenos Particulares

#### Art. 214 -

A taxa de licença para execução de arruamentos de terrenos particulares e exigível pela permissão outorgada pela Prefeitura, na forma da Lei, e mediante prévia aprovação dos respectivos planos ou projetos, para arruamento ou parcelamento de terrenos particulares, segundo o zoneamento em vigor no Município.

#### Art. 215 -

Nenhum plano ou projeto de arruamento u loteamento poderá ser executado sem o prévio pagamento da taxa de que trata esta Seção.

## Art. 216 -

A licença concedida constante de Alvará no qual se mencionarão do loteador ou arruador, com referência a obras de terraplanagem e urbanização.

#### Art. 217 -

A taxa de que trata esta Seção será cobrada de conformidade com a tabela anexa a esta Lei.

## Seção 8° -

## Da Taxa de Licença para Publicidade

#### Art. 218 -

A exploração ou utilização de meios de publicidade nas vias e logradouros públicos no Município, bem como nos lugares de acesso ao público, fica sujeita a prévia licença.

## Art. 219 -

Incluem-se na obrigatoriedade do Artigo anterior:

1 -

os cartazes, letreiros, programas, quadros, painéis, placas e anúncios e mostruários, fixos ou volantes, luminosos ou não, afixados, distribuídos ou pintados em paredes, muros, postes, veículos ou calçadas;

#### II -

a propaganda falada, em lugares públicos, por meio de amplificadores de voz, alto falante e propagandistas.

## Parágrafo único. -

Compreende-se neste Artigo os anúncios colocados em lugares de acesso ao público, ainda que mediante cobrança de ingresso, assim como os que forem, de qualquer forma, visíveis ao público.

#### Art. 220 -

Respondem pela observância das disposições desta Seção todas as pessoas físicas ou jurídicas, às quais direta ou indiretamente, a publicidade venha a beneficiar, uma vez que a tenham autorizado.

#### Art. 221 -

Sempre que a licença depender de requerimento, este deverá ser instruído com a descrição da posição, da situação das cores, dos dizeres, das alegorias e de outras características do meio de publicidade, de acordo com as instruções e regulamentos respectivos.

## Parágrafo único. -

Quando o local em que se pretende colocar o anúncio não for de propriedade do requerente, deverá este juntar ao requerimento a autorização do proprietário.

#### Art. 222 -

Ficam as anunciantes obrigados a colocar nos painéis e anúncios, sujeitos á taxa, um número de identificação fornecido pela repartição competente.

## Art. 223 -

Os anúncios devem ser escritos em boa e pura linguagem, ficando por isso, sujeitos á revisão da repartição competente.

## Art. 223ª -

A taxa de licença para publicidade é cobrada segundo o período fixado para a publicidade e de conformidade com a tabela anexa a esta Lei.

#### § 1° -

Ficam sujeitos ao acréscimo de 10% (dez por cento) da taxa, os anúncios de qualquer natureza referentes a bebidas alcoólicas, bem como os redigidos em língua estrangeira.

## § 2° -

A taxa será paga adiantadamente, por ocasião da outorga da licença.

#### § 3°

Nas licenças sujeitas a renovação anual, a taxa será paga no prazo estabelecido em regulamento.

#### Art. 224 -

São isentos da taxa de licença para publicidade:

#### 1 -

os cartazes ou letreiros destinados a fins patrióticos, religiosos ou eleitorais;

#### II -

as tabuletas indicativas de sítios, granjas ou fazendas, bem como as de rumo de direção de estradas;

## III -

os dísticos ou denominação de estabelecimentos comerciais e industriais apostos nas paredes e vitrines internas:

#### IV -

os anúncios publicados em jornais, revistas ou catálogos e os irradiados em estação de rádio-difusão.

## Seção 9° -

#### Art. 225 -

Entende-se por ocupação do solo aquela feita mediante instalação provisória de balcão, barracos, mesa, tabuleiro, quiosque, aparelho e qualquer outro móvel ou utensílio, depósitos de materiais para fins comerciais, ou de prestação de serviços, e estacionamento privativo de veículo, em locais permitidos.

#### Art. 226 -

Sem prejuízo do tributo e multa devidos, a Prefeitura apreenderá e removerá para os seus depósitos qualquer objeto ou mercadoria deixados em locais não permitidos, ou colocados em vidas e logradouros públicos, sem o pagamento da taxa de que trata esta Seção.

## Seção 10° -

## Ta Taxa de Licença para Abate de Gado

## Art. 227 -

O abate de gado destinado ao consumo público será feito no Matadouro Municipal, só será permitido mediante licenca da Prefeitura.

#### Art. 228 -

Concedida a Licença de que trata o Artigo anterior o abate de gado fica sujeito ao pagamento da taxa respectiva, cobrada de acordo com a tabela anexa a este Código.

## Art. 229 -

A exigência da taxa não atinge o abate de gado em charqueadas, frigoríficos ou outros estabelecimentos semelhantes fiscalizados pelo serviço federal competente, salvo quanto ao gado cuja carne fresca se destinar ao consumo local, ficando o abate, nesse caso, sujeito ao tributo.

## Art. 230 -

A arrecadação de que trata esta Seção será feita no ato da matança ou, no caso do Artigo anterior, quando for distribuído ao consumo local.

#### Art. 231 -

Fica sujeito ás penalidades previstos no Código Tributário e das Posturas Municipais, quem abater gado fora do Matadouro Municipal, sem prévia licença da Prefeitura Municipal e pagamento das taxas devidas.

#### Capítulo III -

## Das Taxas de Expediente e de Serviços Diversos

#### Seção I -

## Da Taxa de Expediente

#### Art. 232 -

A taxa de expediente é devida pela apresentação de petição e documento às repartições da Prefeitura para apreciação e despacho pelas autoridades Municipais, ou pela lavratura de termos e contratos com o Município.

#### Art. 233 -

A taxa de que trata este Capítulo é devida pelo peticionário ou por quem tiver interesse direto no ato do governo municipal, e será cobrada de acordo com a tabela anexa a este código.

#### Art. 234 -

A cobrança será feita por meio de guia, conhecimento ou processo mecânico na ocasião em que o ato for praticado, assinado, ou visado, ou em que o instrumento formal for protocolado, expedido ou anexado, desentranhado ou devolvido.

## Art. 235 -

Ficam isentos da taxa de expediente os requerimentos certidões relativos ao serviço de alistamento militar, ou para fins eleitorais.

## Seção II -

## Das Taxas de Serviços Diversos

## Art. 236 -

Pela prestação dos serviços de numeração de prédios, de apreensão e depósito de bens móveis, semoventes e mercadorias, de alinhamento e de cemitério, inclusive quanto às concessões, serão cobradas as seguintes taxas:

۱-

de numeração de prédios;

11 -

de apreensão de bens móveis ou semoventes e de mercadorias;

III -

de alinhamento e nivelamento;

IV -

de cemitério.

#### Art. 237 -

A arrecadação das taxas de que trata esta Seção será feita no ato da prestação do serviço, antecipadamente ou posteriormente, segundo as condições previstas em regulamento ou instruções e de acordo com as tabelas anexas à este Código.

## Capítulo IV -

## Da Taxa de Serviços Urbanos

#### Art. 238 -

A taxa de serviços urbanos tem como fato gerador a prestação, pela Prefeitura, de serviços de limpeza pública, iluminação pública, conservação de calçamento e vigilância e será devida pelos proprietários ou possuidores, a qualquer título, de móveis edificados ou não, localizados e beneficiados por esses serviços.

## Art. 239 -

A taxa definida no Artigo anterior incidirá sobre cada uma das economias autônomas beneficiadas pelos referidos serviços.

#### Art. 240 -

A base de cobrança da taxa de serviços urbanos é a seguinte:

I -

Iluminação Pública......Cr\$ 20,00

II -

Limpeza Pública......Cr\$ 10,00

III -

Conservação de Ruas e Calçadas......Cr\$ 10,00

## Art. 241 -

A taxa de serviços urbanos será cobrada justamente com os impostos imobiliários."

## Art. 2°.

Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

## TAXAS DE LICENÇA

## ESPECIFICAÇÕES E DISCRIMINAÇÕES

Taxa de Licença para Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais em Horário Especial
Prorrogação de horários:
Até as 22 horas

Taxa de Licença para Exercício de Comércio Eventual ou Ambulante:
Grupo A
Grupo B
Grupo C
Taxa de Licença para Obras Particulares
A – Construções:
Barracões nos quintais de casas residenciais, m <sup>2</sup> de área coberta – áreas urbanas
Dependências em prédios,utilizadas por estabelecimento de qualquer natureza, por m <sup>2</sup>
Dependência em prédios residenciais, por m <sup>2</sup> de área útil de piso coberto
Obras não especificadas nesta tabela por m <sup>2</sup> de área útil de piso coberto
Reconstruções
Loteamentos:
A – Com área de até 10.000 m², descontadas as destinadas as logradouros públicos e as que serão doadas ao Município
B – De mais de $10.000 \text{ m}^2$ , por metro que exceder
Taxa de Licença para Publicidades:
Alto-falante, rádio, vitrola e congêneres, por aparelho
Taxa de Licença para Ocupação de Área e Logradouros Públicos:
Espaço ocupado por balcões, barracas, mesas, tabuleiros e semelhantes, nas feiras, vias e logradouros públicos, por m <sup>2</sup>
Espaço ocupado por mercadorias, nas feiras, sem uso de qualquer móvel ou instalação, por dia e m <sup>2</sup>
Espaço ocupado por circos e parques de diversões, por dia e por m <sup>2</sup>
Taxa de Licença para Abate de Gado no Matadouro Municipal:

Α_	Por	caheca	de	gado	hovino	vacum
$\Lambda$ $-$	roi	caucça	uc	gauo	DOVINO	vacuiii

B – Por cabeça de animal de outras espécies.....

# TAXAS DE EXPEDIENTE E SERVIÇOS DIVERSOS

ESPECIFICAÇÕES E DISCRIMINAÇÕES	Cr\$
ALVARÁS	
A – de licença concedida ou transferida	1,00
B – de qualquer outra natureza	1,00
<u>ATESTADOS</u>	
A – de qualquer natureza	5,00
<u>APROVAÇÃO</u>	
A – de arruamento, loteamentos, plantas e desmembramentos	20,00
BAIXAS	
A – de qualquer natureza, em lançamentos ou registros	10,00
CERTIDÕES	
A – de qualquer natureza	10,00
GUIAS	
De qualquer natureza, excluídas as emitidas pelos servidores municipais e relativas aos serviços de Administração	3,00
<u>PETIÇÕES</u>	
A – de qualquer natureza	5,00

AVERBAÇÕES E REGISTROS	
A – averbações e registros de qualquer natureza – lavrados em livros municipais	10,00
<u>AFORAMENTO</u>	
A – urbano – por metro quadrado	0,10
B – Chácaras – por hectares	50,00
SERVIÇOS DE CEMITÉRIOS	
A – Sepultura simples ou rasa	
B – Terreno p/ sepultura perpétua	
C – Terreno p/ sepultura já existente	
D – Abertura de sepultura simples	
E – Remodelação de túmulos	
TAXA DE NUMERAÇÃO DE PRÉDIOS	
A – por emplacamento (além da taxa cobrada o preço de custo da placa fornecida)	2,00
TAXA DE APREENSÃO E DEPÓSITO DE BENS E MERCADORIAS	
A – de animal cavalar, muar ou bovino, por cabeça	
B – de caprino, ovino, suíno ou canino, por cabeça	
C – de mercadorias ou objetos de qualquer espécie por quilo	
TAXA POR ALINHAMENTO OU NIVELAMENTO	
A – alinhamento por metro linear	0,50
B – nivelamento por metro linear	0,50

## Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em

Original, Prefeitura Municipal de Camapuã-MT, 14 de Abril de 1971.

# Joaquim Faustino Rosa

# **Prefeito Municipal**